

JORNAL DO INTERIOR

Um olhar para o futuro dos municípios.

O BRASIL
QUE A NAÇÃO
DESEJA

5º CONEXIDADES

Encontro Nacional de
Parceiros Públicos & Privados

- Segurança Pública • Cidades Inteligentes • Eleições 2022 • Educação
- Saúde • Agronegócio • Turismo • Sustentabilidade

Cidades do futuro

Vários séculos tiveram importantes marcas em sua história. Esse, que vivemos, é considerado o “Século das Cidades”, deixando claro que a composição da Nação Brasileira, se faz através dos municípios.

Estudos e análises fizeram nascer os temas que serão expostos por técnicos, especialistas para que o Conexidades dê ênfase ao novo modelo empreendedor, inovador e desburocratizado que se pretende implantar no Brasil

para nascer a Paz Esperada e o povos viverem tranquilos,

A discussão sobre a parceria pública com a privada tem capítulo especial nessa jornada municipalista, pois o investidor procura centros em crescimento e onde a política corra numa só direção: a do desenvolvimento.

João Monteiro de Barros Filho, um jornalista simples do interior, inspirador da Rede Vida de Televisão sempre usou uma frase que trata a Paz que espera-

mos. “Brasil e seus municípios precisam de um Animador da Comunidade”

O animador da comunidade. O prefeito, o Vereador, o Governador, o Presidente precisa ter vida em plenitude para quem for investir saiba que ali é reduto da Paz. Segundo Papa Paulo VI, na magistral encíclica “Populorum Progressio” o “Desenvolvimento é o novo nome da Paz”.

A sociedade organizada assim espera. É só animá-la.

E isso que pretende o Conexidades. Reunir o público e o privado e propor ações que criam desenvolvimento sustentável!

JORNAL DO INTERIOR

Administração e Redação
Rua Pará, nº 50 - Higienópolis
CEP: 01243-020 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 2476-8467
Telefax: (11) 2476-8637

Diretor Responsável
Sebastião Misiara

Editora
Sílvia Melo

Supervisão
William Lopes

Diagramação
Purim Comunicação Visual

Projeto Gráfico
EugenioGEP Comunicação
glucia@gepcom.com.br
m.eugenio@eugenio.com.br
F.: (11) 3044-1001

Produção Comercial e Conteúdo
WLS Produções de Vídeo Ltda.
wlsimprensa@gmail.com
CONEXÃO MUNICIPALISTA

Colaboradores
Eliria Buso
Jefferson Bote
Patrícia Campos

Departamento Jurídico
Dr Cassio Ferreira Netto
Dr José Américo Lombardi
Dr Willians Kester

Circulação
645 municípios de São Paulo
Os artigos assinados representam
a opinião dos autores.
O ponto de vista do jornal
é expresso no editorial.



Tudo começa a partir do município. Conexidades chega para discutir

Todos nós dos municípios, somos herdeiros de um modelo de estado centralizado. Sem dúvida nosso federalismo é uma constante tentativa de disfarce do caráter centralista do poder em nosso país.

Os municípios brasileiros ficam com 16% do bolo tributário nacional e são responsáveis por metade da formação bruta de capital fixo realizado pelo setor público em nosso país.

Isso, sem dúvida irá continuar até que a Reforma Tributária seja encarada como deve pelos congressistas que serão eleitos em outubro.

Os convênios e emendas parlamentares são os canais de financiamento externo que os municípios possuem, nem sempre à disposição dos municípios, sem antes passar por um rigoroso processo de seleção.

Esse é o quadro acabado do que acontece nos municípios, nenhum pouco responsável pelo desequilíbrio e a desordem dos gastos da União, que vem de longa data, muito pelo sustento de riquíssimos salários do funcionalismo federal.

Em São Paulo foi dado um grande exemplo de reformas que propiciaram obras em todos os municípios paulistas. Modelo que deve e pode ser copiado.

Para a grande maioria dos 5564 municípios brasileiros, a questão colocada é a de como incrementar a economia local, como desenvolver e como transformar o município no modelo que o pensador espanhol Ledo Ivo apregoa que “a cidade precisa ter o tamanho do homem.

É por essa razão que nasceu o CONEXIDADES, agora em sua quinta edição. Para criar condições de debates capazes de encontrar o caminho que leva a entender que governar é mais administrar.

Apoiado pela Uvesp e realizado pela Conexão Municipalista e Multiplicidades, ele veio para somar, consolidar e discutir o roteiro das cidades do futuro.

Para tanto, precisamos encontrar soluções criativas para algumas questões fundamentais. Como gerar mais cooperação entre governo e sociedade? Como desenvolver, com vários atores um projeto mais ousado de desenvolvimento sustentável? Como promover a inclusão social, a qualidade de vida? Como alcançar novo patamar de bem estar socioambiental? Como aproximar a iniciativa privada do Poder Público? Como encontrar o equilíbrio fiscal e a capacidade de investimento? Como promover os consórcios intermunicipais como forma de crescer regional?

Principalmente orgulhar-se o administrador de ser, além, de gestor um bom político, sem medo de se expressar. Essas conquistas desejadas não serão conseguidas com os que começam uma pregação declarando-se “não político”.

Governar é sempre um trabalho político que envolve criatividade, poder de decisão, ciência e arte.

Jaime Lerner disse, um dia, em evento da Uvesp. Realizar políticas públicas é preciso ter criatividade, poder decisório e poder solidário.

Por isso, sejam todos bem vindos ao Conexidades.

Governar é sempre um trabalho político que envolve criatividade, poder de decisão, ciência e arte

Medidas de prevenção à corrupção na nova Lei de Licitações

Os desvios nas contratações públicas estão entre os destaques da nova legislação

A Lei 14.133/2021 busca modernizar as regras aplicáveis às licitações e contratos administrativos, com a reunião de normas criadas após a edição da Lei n. 8.666/1993 e de práticas entendidas pelos acadêmicos e gestores como relevantes para o desenvolvimento da atividade contratual do Estado.

Dentre os temas que aparecem como de interesse pelo legislador, está o da corrupção nas contratações públicas, que ganhou repercussão em virtude dos escândalos descobertos pelas inúmeras investigações levadas a cabo nos últimos tempos. A preocupação com possíveis desvios já existia, e inspirou a elaboração da Lei 8.666/1993¹, mas há novidades nas regras relativas à estruturação dos órgãos públicos e das empresas contratadas.

No caso dos órgãos e entidades estatais, a Lei 14.133/2021 buscou reforçar a governança no controle das contratações, por meio de dois instrumentos de gestão.

O primeiro concretiza-se na previsão da segregação de funções, colocada como princípio (art. 5º) e também como regra para a nomeação de agentes públicos para atuarem em licitações e contratos, de modo a evitar que um mesmo servidor atue simultaneamente “em funções mais suscetíveis a riscos,



de modo a reduzir a possibilidade de ocorrência de fraudes” (art. 7º, §1º). A intenção é de que a pluralidade de agentes diminua a ocorrência de erros e fraudes nos processos licitatórios e de acompanhamento contratual.

O segundo instrumento é a organização da gestão dos riscos e das estruturas de controle em três linhas de defesa, estrutura desenvolvida no âmbito das controladorias e auditorias internas², com vistas a colocar diferentes atores em posições estratégicas para a condução dos eventos indesejados às instituições.

A lei prevê o seguinte posicionamento (art. 169, *caput*, incisos I a III): (i) uma primeira linha composta pelos servidores envolvidos na estrutura de governança do próprio órgão ou entidade licitante; (ii) uma segunda linha, integrada pelos agentes designados para o assessoramento jurídico e para o controle interno da unidade contratante; e (iii) por fim, compõem a última linha o órgão central de controle interno da Admi-

nistração e o respectivo Tribunal de Contas, que são independentes entre si e em relação às linhas anteriores.

De outro lado, em relação às empresas contratadas, a nova Lei estipulou regras relativas à adoção por elas dos programas de integridade, considerados importantes ferramentas para evitar casos de corrupção e desvios nas relações público-privadas.

Ficou estabelecida a obrigatoriedade de adoção de programa de integridade em duas hipóteses: (i) para contratos de obras, serviços ou fornecimento de grande vulto – valores acima de duzentos milhões de reais – devendo a empresa viabilizar a sua implantação no prazo de seis meses após a assinatura do contrato (art. 25, §4º); e (ii) para a reabilitação de licitante ou contratado apenado pela apresentação de documento ou declaração falsa, ou pela ato tipificado como lesivo à Administração na Lei Anticorrupção, conforme prevê o art. 163, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

Em ambos os casos, trata-se de aspecto cogente nos contratos, que não poderá ser afastado ou negligenciado pelo administrador público.

Além disso, a Nova Lei de Licitações trouxe meios de incentivar as empresas a adotarem tais programas, seja como critério de desempate das propostas em licitação (art. 60, *caput*, inciso IV), seja como critério de balizamento da penalidade a ser aplicada, em caso de sancionamento administrativo (art. 156, §1º, inciso V).

Enfim, os instrumentos de governança pública e privada aparecem por meio de novos institutos legais, para gerar contratações públicas mais probas e aptas a atender ao interesse coletivo. As estruturas estão postas e a aplicação prática delas demonstrará se a intenção do Legislador será atendida.



Dimas Ramalho
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

1 - Cf. André Rosilho. Licitação no Brasil. São Paulo: Malheiros, 2013.
2 - Cf. <https://iabrazil.org.br/korbillload/upl/editorHTML/uploadDireto/20200758globo-th-editorHTML-00000013-20072020131817.pdf>, acesso em 01/04/2022.

Marketing Político é tema de livro que pretende desmistificar a profissão

Lançamento da Geração Editorial tem a participação de 50 especialistas renomados no assunto

Tema recorrente e relevante principalmente nos últimos anos eleitorais no Brasil, o marketing político é debatido em livro recém-lançado. A obra da Geração Editorial, que reúne 50 autores especialistas e foi organizada pelo Clube Associativo dos Profissionais de Marketing Político (CAMP), procura responder o que é um profissional do marketing político, o que ele faz e como ele colabora com a democracia no país.

O lançamento é uma obra atemporal, de referência e se destina não só a profissionais de Marketing Político, mas também para candidatos, assessores, advogados eleitoralistas, jornalistas que cobrem política, estudantes, Academia e demais interessados em boas práticas de comunicação para campanhas eleitorais e de governo.

A publicação está dividida em oito eixos: “Planejamento e Estratégia”, “Pesquisas Eleitorais e de Opinião Pública”, “Processo de Criação”, “Formas de Contato com o Eleitor I e II”, “Gestão de Crise”, “Importância de uma Comunicação Permanente” e “Ética no Marketing Político e Combate às Fake News”.

De acordo com o presidente do CAMP, Bruno Hoffmann, o livro desvenda muito dessa profissão. “Nas eleições municipais de 2020, o TSE recebeu mais de 555 mil pedidos de candidaturas, ou seja, se ser candidato fosse listado como atividade profissional, estaria entre as principais ocupações do país. Mesmo assim, nossa atividade ainda está longe de ter

Temos um sonho que um dia nossa atividade seja compreendida pelos eleitores e pela mídia. Que entendam o nosso papel fundamental na manutenção, aprimoramento e fortalecimento da democracia brasileira



reconhecimento de uma profissão que impacta e move os brasileiros. Temos um sonho que um dia nossa atividade seja compreendida pelos eleitores e pela mídia. Que entendam o nosso papel fundamental na manutenção, aprimoramento e fortalecimento da democracia brasileira”.

Ainda segundo Hoffmann, desde 2018, quando foi criado, o clube desenvolveu importantes parcerias para conferir distinção e transparência a essa atividade.

“Estivemos juntos a grandes instituições democráticas brasileiras. Firmamos termo de cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE); realizamos seminário em parceria com o Senado Federal; mantivemos diálogo permanente com comissões da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e com a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep). Criamos um projeto com a escola de Formação Política RenovaBR, onde nossos associados são professores para centenas de futuros

candidatos. Compartilhamos forças e know-how com diversas associações de consultores políticos internacionais e fomos reconhecidos por instituições como a Universidade de George Washington, através da Graduate School of Political Management. Colocamos os profissionais da nossa área na mesa de decisão para trabalharmos juntos pela democracia”.

• PROFISSÃO GANHA AINDA MAIS CORPO EM ANO ELEITORAL •

A última eleição no Brasil, em 2020, contou com mais de 550 mil candidaturas a prefeitos e vereadores – muitos dos quais contaram com o trabalho de consultores e estrategistas políticos, profissionais que surgiram por volta dos anos 80 e transformaram as campanhas eleitorais com pesquisas, jingles, programas de rádio e TV e, mais recentemente com muita Comunicação Digital. Este ano de 2022 terá uma das mais eletrizantes campanhas eleitorais já realizada no Brasil. E eles estarão nelas.

Para o sociólogo e Diretor-Presidente da Bateiah.com - Estratégia e Reputação, Fábio da Silva Gomes, a importância do marketing político, da comunicação política, no ano eleitoral é extraordinária. E, infelizmente, no Brasil a a tradição dá relevo para esse trabalho apenas nos anos pares, e fica um pouco adormecido nos anos ímpares.

“Quem tem cargo público, deputados, vereadores, prefeitos, governadores e senadores, cargos eletivos, presidência da república e até os candidatos que pretendem disputar uma vaga pra esses cargos, precisam saber que a relação com o eleitor deve ser contínua. Você tem de um lado o eleitor com suas expectativas por soluções, expectativas de grandes soluções no cenário nacional, expectativas de microsoluções no calçamento da sua rua, no abastecimento da água, na vaga na creche. Tudo isso cria um campo de expectativas que são visitadas pelas propostas políticas, e quem elabora essas propostas para negociar com as expectativas dos eleitores é o marketing político, que tem o papel, no ano par, de apresentar o ator político como solução para as expectativas e as demandas dos eleitores”.

Gomes também reforça que o marketing político é um dos pilares da construção mais eficaz da política. “A comunicação é um pilar de eficácia política. Porque a política depende da relação da máquina pública, dos cargos públicos, dos candidatos com a opinião pública. As coisas funcionam com o poder da reação das pessoas. Os governos se sustentam com a aprovação, a satisfação das pessoas. Então a comunicação tem um poder muito grande. A eficácia comunicativa tem um papel importante nisso”.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

Os equívocos da legislação eleitoral

Questões como a janela partidária causam dúvidas e contradições



Não é novidade que nossa legislação, de um modo geral, possui texto de péssima redação, sem contar as contradições e incoerências, o que dificulta em muito uma interpretação literal e lógica do seu real significado, fruto de uma péssima qualidade legislativa ou, quiçá, proposital, vez que diante da ambiguidade a interpretação fica a cargo do interessado e, em último caso, da Justiça. No âmbito eleitoral não é diferente.

Vamos demonstrar no presente texto algumas situações, começando pela questão da janela partidária, esta que foi inserida em nossa legislação na Reforma Eleitoral de 2015, passando a valer para as eleições de 2016, onde foi inserido na Lei dos Partidos Políticos o artigo 22-A, prevendo em resumo, a permissão para migração partidária no período de trinta dias que antecedem os 6 meses anteriores à eleição daquele que está no último ano do mandato vigente.

Como se verifica, a norma expressamente afirma que poderia mudar de partido na janela, nesse ano eleitoral, deputados federais, estaduais e distritais. Parece simples, mas a confusão se deve ao fato de que, numa manobra totalmente desarrazoada e para benefício próprio, os parlamentares federais, em fevereiro de 2016, ano de eleições municipais, criaram para si uma Emenda Constitucional (de nº 91) que previa a permissão ex-

cepcional e temporal de uma janela para todos os parlamentares, persistindo, portanto, nas demais eleições a regra geral.

Uma outra incoerência e equívoco legislativo que merece atenção é a que determina a mudança no cálculo das sobras para eleição proporcional, que ficou conhecida como a regra 80-20, cuja previsão consta do artigo 109 e parágrafo segundo do Código Eleitoral, que

Uma outra incoerência e equívoco legislativo que merece atenção é a que determina a mudança no cálculo das sobras para eleição proporcional, que ficou conhecida como a regra 80-20, cuja previsão consta do artigo 109 e parágrafo segundo do Código Eleitoral

determina que “os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários e em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o art. 108 (quociente eleitoral e mínimo individual de 10%) serão distribuídos de acordo com as seguintes regras: [...] poderão concorrer à distribuição dos lugares todos os partidos que participaram do pleito, desde que tenham obtido pelo menos 80% (oitenta por cento) do quociente eleitoral, e os candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) desse quociente.”.

Verifica-se, novamente, um texto de péssima redação, vez que causa confusão ao leitor a expressão “desse quociente” no final do dispositivo, trazendo uma ambiguidade quando da leitura do todo, vez que essa expressão, em regra, numa análise gramatical, pode tanto corresponder ao quociente eleitoral, assim como ao referido percentual de 80% do quociente, se esse percentual for considerado como um novo quociente. E é justamente essa possibilidade de interpretação que vem causando dúvidas em pré-candidatos, bem como em alguns doutrinadores, cabendo uma explicação mais detalhada acerca de sua aplicabilidade.

Como no direito nada é escrito ao acaso, sempre que a interpretação levar a tais dúvidas, o certo é buscar conhecer os motivos

apresentados no projeto de lei que deu origem a referida norma, verificando-se facilmente que os legisladores, em verdade, quiseram aplicar a regra de exigência de percentual mínimo nas sobras, tanto para o partido quanto para o candidato, com base no quociente eleitoral geral, comprovando-se claramente que o problema é mesmo de redação legislativa. Pacificando tal entendimento, esta conclusão é trazida na Resolução do TSE, fazendo com que, para que o partido tenha direito a distribuição das cadeiras remanescentes, no cálculo das sobras, a partir da eleição desse ano, seja necessário obter pelo menos 80% do quociente eleitoral, bem como que os candidatos obtenham votos em número igual ou superior a 20% do mesmo quociente eleitoral.

Em resumo, essa previsão dificulta o alcance das cadeiras no parlamento pelos candidatos, evitando que puxadores de votos beneficiem candidatos inexpressivos em detrimento de outros em melhores condições, obrigando os partidos a priorizarem candidatos mais relevantes, mas a discussão vai além, pois, no conjunto do que apresentamos, é evidente que, bem além da questão relacionada ao processo eleitoral, muito ainda precisamos avançar em matéria de legislação e democracia, e, certamente, muito mais na questão da educação, pois a redação legislativa, antes de ser um problema de leis, é um grave problema educacional sistêmico que demonstra uma total falta de responsabilidade e de preocupação com o cidadão, principal impactado com o que é decidido no Congresso Nacional.



Amilton Augusto
Advogado especializado em Direito Eleitoral e Administrativo. Membro fundador da ABRADDEF - Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político. Palestrante e consultor

Preservação ambiental e o futuro das cidades é tema de Intercidades

O webinar apresentou os resultados e conquistas do Programa Novo Rio Pinheiros na capital paulista



Aconteceu último dia 18 de maio o Intercidades com tema “Percurso para o Futuro Sustentável”. O evento virtual, que teve apoio da EMAE, foi apresentado pelo presidente da UVESP, Sebastião Misiara, e contou com a participação autoridades público-privadas apresentando um importante debate acerca da preservação ambiental.

Em mensagem gravada, o Governador do Estado, Rodrigo Garcia, afirmou que o rio Pinheiros simboliza o futuro sustentável. “É fundamental preservarmos os nossos rios e as nossas belezas naturais. Por isso, a recuperação do Rio Pinheiros é um símbolo para o nosso Estado. Desde 2019, já conectamos 590 mil ligações de esgoto. Nós impactamos um milhão e duzentas mil pessoas. Estamos fazendo também um trabalho de conscientização para evitar que a população volte a poluir o rio Pinheiros”.

Segundo dados da Trata Brasil, somente em 2019, o Brasil investiu 15,7 bilhões de reais para melhorias em saneamento básico, e São Paulo foi o Estado que mais investiu, com cerca de 8 bilhões.

E uma das principais ações do Estado é o Programa Novo Rio Pinheiros, que vem mudando todos os paradigmas de recuperação de rios. Baseado na união de diferentes atores para alcançar o objetivo de despoluir e revitalizar o entorno desse importante



O Governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, participou do Intercidades falando do Programa Novo Rio Pinheiros

O programa já conseguiu levar saneamento a 807 comunidades na bacia do rio Pinheiros

trutar uma grande campanha contra o descarte de lixo, porque isso vai parar no rio”.

O Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente da SABESP, Alceu Segamarchi Junior, também apresentou dados relevantes sobre o programa. De acordo com ele, houve um investimento na bacia do novo Pinheiros de 1,7 bilhão de reais em 16 contratos de obras, com mais três contratos englobando cinco unidades de recuperação da qualidade das águas.

Segamarchi abordou ainda os principais desafios enfrentados, desde 2019, assim como as ações junto às comunidades, principalmente em conscientização da população da região, que gira em torno de 3,3 milhões de pessoas.

O programa já conseguiu levar saneamento a 807 comunidades na bacia do rio Pinheiros. “Todas as nossas empresas e órgãos coligados representam um recorde de tempo. Estamos levando a tratamento e despoluindo um rio em dois anos e meio. Isso é algo digno de nota. O esforço do governo e de suas empresas e órgãos para atingirmos esse objetivo”, acrescentou.

Já Diretor-Presidente do EMAE, Marcio Rea, explanou sobre o que está sendo feito nessa que é uma das regiões que mais se desenvolvem

na capital. Os números são expressivos, tais como: 705,6 mil metros cúbicos de sedimentos retirados do leito do rio, 8,6 toneladas de lixo flutuante retirado - pet, bicicletas, pneus, entre outros, totalizando 66 mil toneladas de lixo.

“Todo trabalho foi concentrado na recuperação ambiental do rio, atraindo a população para desfrutar do espaço no coração da maior metrópole do país e também empresários que querem investir em seu entorno”, ressaltou.

• MARCO REGULATÓRIO •

O marco regulatório do saneamento, sancionado em 2020, entre outras metas, estabelece que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável até dezembro de 2033.

“Falar de sustentabilidade, de futuro sustentável remete a nós ao saneamento básico. O marco, depois de quase dois anos de sua aprovação, já vem trazendo números expressivos, dinheiro da iniciativa privada e parcerias importantes para o setor público”, disse o relator do projeto, Geninho Zuliani.

• DESENVOLVIMENTO E DIGNIDADE •

Segundo o Secretário de Governo, Marcos Penido, é preciso haver o resgate da dignidade das pessoas a partir da implantação do saneamento básico. “A universalização do saneamento é a busca do desenvolvimento, do respeito que uma sociedade deve ter para com seus cidadãos. As metas propostas pelo Governo já estabelecem a proximidade dessa universalização”.

A Presidente da CETESB, Patricia Iglecias, participou do Intercidades mostrando dados concretos do programa obtidos a partir do monitoramento da entidade e reforçou: “o fato de nós podermos vislumbrar que é possível a transformação do ambiente urbano pela sociedade. É possível e desejável, desde que tenhamos de fato um governo que queira colocar isso em prática”.

E, finalizando o evento, o Chefe de Gabinete do DAEE, Wanderley de Abreu Soares Junior expôs a evolução do trabalho realizado, principalmente focado no desassoreamento, contenção de margem e paisagismo.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br



NOVORIO PINHEIROS

MAIS DE 550 MIL IMÓVEIS LIGADOS À REDE DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO.

EM 2019, A SABESP E O GOVERNO DE SÃO PAULO ENCARARAM UM DESAFIO QUE PARECIA IMPOSSÍVEL: TRAZER A VIDA DE VOLTA PARA O RIO PINHEIROS. FORAM NA RAIZ DO PROBLEMA E LIGARAM MAIS DE 550 MIL IMÓVEIS À REDE DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO. OBRAS COMO ESSA ACONTECEM EM DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO, NO INTERIOR E NO LITORAL, LEVANDO DIGNIDADE E QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS OS PAULISTAS. ESSA CONQUISTA É DE TODOS NÓS. POR ISSO, PRESERVE O QUE É SEU, NÃO JOGUE LIXO NAS RUAS.

A VIDA ESTÁ VOLTANDO AO PINHEIROS. E O PINHEIROS ESTÁ VOLTANDO À VIDA.

sabesp

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

www.sabesp.com.br/novoriopinheiros

Desembolsos do Desenvolve SP para prefeituras do estado superam R\$ 200 milhões durante a pandemia

Agência de fomento financia projetos de infraestrutura urbana municipal com juros baixos e condições especiais de pagamento

A pandemia trouxe impactos severos aos cofres públicos e reduziu a capacidade de investimento das prefeituras em obras de infraestrutura urbana. A alternativa para os municípios foi buscar financiamentos em instituições financeiras de desenvolvimento. Desde o início da crise sanitária, em março de 2020, até abril deste ano, a agência de fomento Desenvolve SP desembolsou R\$ 207,6 milhões para financiar projetos de infraestrutura nos municípios paulistas. Dentre os projetos financiados estão obras de pavimentação, recapeamento, modernização da iluminação pública, saneamento básico e eficiência energética.



Sergio Gusmão Suchodolski, presidente do Desenvolve SP

O presidente do Desenvolve SP, Sergio Gusmão Suchodolski, afirma que a meta é ampliar ainda mais os desembolsos para auxiliar os municípios paulistas a tirar do papel obras de infraestrutura que facilitam a vida da população. Para isso, conta com o programa Desenvolve Municípios, que aportará R\$ 1 bilhão em recursos para investimentos, com juros subsidiados. As condições incluem prazo de pagamento de até oito anos e carência que pode chegar a dois anos.

“As instituições financeiras de desenvolvimento, por natureza, são um agente anticíclico, capaz de amortecer choques econômicos em situações de crise como a que vivemos nos últimos anos. O objetivo do Desenvolve SP é contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável dos municípios do esta-

do, através de financiamentos a empresas e prefeituras”.

O Desenvolve SP é um banco 100% digital. A solicitação e a liberação do financiamento podem ser feitas de forma online, rápida e prática.

Para iniciar a análise da proposta de concessão de crédito para o município, é necessário encaminhar um e-mail para o endereço eletrônico setor.publico@desenvolvesp.com.br, contendo as seguintes informações: objeto do financiamento com a descrição; valor estimado do projeto; e dados do responsável da prefeitura pela operação de crédito.

Com base nessas informações, o Desenvolve SP realiza a análise técnica e o enquadramento da proposta na melhor linha de crédito disponível, de acordo com a finalidade desejada. Para que possa contratar uma operação de crédito, o município precisa estar regular perante as obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), devendo aprovar uma lei municipal, autorizando a contratação de crédito e apresentar também um parecer técnico e jurídico.

• SOBRE O DESENVOLVE SP •

Vinculado à Secretaria da Fazenda e Planejamento, o Desenvolve SP é uma instituição financeira do Governo do Estado de São Paulo que oferece opções de financiamen-

to para micro, pequenas e médias empresas paulistas com prazos longos e taxas de juros competitivas. As opções de crédito do Desenvolve SP financiam projetos de investimento em ampliação e modernização, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, iniciativas ambientais sustentáveis e projetos inovadores.

O Desenvolve SP também atua junto ao setor público, com linhas de crédito voltadas para as Prefeituras e destinadas a projetos de cunho

ambiental, infraestrutura ou saneamento. Desde o início da pandemia, o banco injetou mais de R\$ 2 bilhões na economia paulista.

Da Redação
uvesp@uvesp.com.br



Bem-Vinda, Paraibuna!

A estância turística de **Paraibuna**, reconhecida como “Chão Caipira”, é a mais nova associada da **APRECESP - Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo**.



Marquinho Oliveira, presidente da APRECESP e Vito Miranda, prefeito da Estância Turística de Paraibuna.

veja vídeo de Paraibuna



Turismo Paulista
aprecesp

PL 924 é assinado e prevê incentivos às usinas de recuperação energética de resíduos

O Projeto de Lei de autoria de Geninho Zuliiani cria Programa Nacional da Recuperação Energética de Resíduos



e integrada de resíduos sólidos em todo o território nacional, buscando a utilização das melhores tecnologias disponíveis e adequadas para as realidades locais e regionais; incentivar a ampliação da geração de energia limpa e renovável por meio de resíduos sólidos na matriz energética; e ampliar e garantir a participação social das cooperativas de catadores de recicláveis em projetos de recuperação energética de resíduos sólidos.

Com o PL transformado em lei, também será possível buscar a mitigação das emissões de gases de efeito estufa mediante o desvio de biorresíduos de aterros e reduzir o dano à saúde pública

Após três anos de trabalho da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN) para construir um texto-base aderente às melhores práticas em gestão de resíduos para o Brasil, foi assinado em abril o Projeto de Lei 924, de autoria do Deputado Federal Geninho Zuliiani, Presidente da Frente Parlamentar de Resíduos Sólidos.

O PL, que altera as leis 9074, 10865 e 12305, cria o Programa Nacional da Recuperação Energética de Resíduos e traz uma série de incentivos às usinas de recuperação energética de resíduos.

De acordo com o texto do projeto, atualmente, o Brasil descarta praticamente todos os seus RSU em aterros ou lixões, trazendo severos impactos ao meio ambiente, com a geração de Gases de Efeito Estufa (GEE) em face da emissão do gás metano (CH₄), que é 86 vezes mais nocivo do que o gás carbônico (CO₂), e responde hoje por 4% das emissões totais de GEE na atmosfera.

Além disso, há o risco de contaminação dos recursos hídricos pelo chorume ou lixiviado, ou seja, redução da água potável disponível no planeta, bem como ocasionando danos à saúde humana que podem ser facilmente evitáveis ao se usar processos tecnológicos disponíveis.

Segundo o Deputado Federal, o Programa Nacional da Recuperação Energética de Resíduos - PNRE tem como objetivo principal articular iniciativas para a imple-

mentação de usinas de recuperação energética de resíduos sólidos em todo o território nacional.

“A ideia é promover o incentivo à recuperação energética da fração não reciclável dos resíduos sólidos”, afirma Zuliiani.

Estão também entre os princípios do PNRE: reduzir o dano à saúde pública, aos recursos hídricos e ao meio ambiente mediante a adoção de tecnologias de recuperação energética de resíduos sólidos; e fomentar o aproveitamento energético e de materiais de resíduos sólidos por meio da sua recuperação energética, como forma de geração de emprego e desenvolvimento social.

Com o projeto, será possível fazer com que a União avalie cenários regionais e indicadores eco-

nômicos, ao passo que municípios com mais de 200 mil habitantes serão obrigados a realizar estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social.

Além disso, o novo PL tem benefícios para a economia circular. Para Geninho Zuliiani, será possível promover ações integradas de gestão de resíduos que tenham como pressuposto reduzir, reaproveitar, reutilizar, reciclar e recuperar a energia da fração não reciclável dos resíduos sólidos, evitando assim a sua disposição em aterros.

• REFLEXO NOS MUNICÍPIOS •

As propostas do projeto de lei têm o poder de incentivar, financiar e promover a estruturação de processos licitatórios para concessões municipais de manejo de resíduos, mediante consórcios ou blocos regionais, com a criação de tarifa suficiente para viabilizar a recuperação energética de resíduos sólidos; bem como promover leilões públicos para a venda da energia elétrica gerada pelas usinas de recuperação energética de resíduos sólidos.

Com o PL transformado em lei, também será possível buscar a mitigação das emissões de gases de efeito estufa mediante o desvio de biorresíduos de aterros e reduzir o dano à saúde pública, aos recursos hídricos e ao meio ambiente mediante a adoção de tecnologias de recuperação energética de resíduos sólidos.

Assim como adotar as melhores práticas de gestão sustentável



O Deputado Federal Geninho Zuliiani é o autor do Projeto de Lei assinado em abril

O Projeto de Lei propõe ainda metas para redução de biorresíduos em aterros, com 25% em 2026, 50% em 2031 e 75% em 2036, sob pena de restrições orçamentárias ou a perda de incentivos por parte dos municípios que não adotarem as medidas ou não justificarem a sua inviabilidade técnica ou econômica.

E, quanto à exoneração tributária de PIS/PASEP e COFINS, e redução de 100% no IPI, tais medidas são absolutamente necessárias para que se viabilize a recuperação energética de resíduos no Brasil, hoje inexistentes, cujos benefícios socioambientais superam em muito aos subsídios ora definidos, configurando tais ações como essenciais para que se tenha uma política pública efetiva no Brasil.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

São Sebastião recebe reunião de prefeituras da Aprecesp



A Associação de Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo – APRECESP realizou a 2ª Reunião de Prefeituras, nos dias 13 e 14 de maio, na Estância Balneária de São Sebastião, no Maresias Beach Hotel.

A abertura dos trabalhos foi feita pelo prefeito Marquinho Oliveira (Morungaba), presidente da APRECESP, o prefeito anfitrião Felipe Augusto e Clodomiro Correia de Toledo Junior, chefe de gabinete da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (SETUR-SP), representando o secretário Vinícius Lummertz.

• NOVA ESTÂNCIA •

Na reunião foi assinado o Termo de Compromisso entre a APRECESP e o município turístico de Paraibuna, que passa a integrar o quadro associativo da entidade,

pelo prefeito Vitão Miranda e o presidente da entidade Marquinho Oliveira, prefeito de Morungaba. Reconhecida como “Chão Caipira”, Paraibuna integra as 70 estâncias turísticas do Estado de São Paulo.

• BOAS PRÁTICAS DO TURISMO •

O evento contou ainda com o lançamento da série: Boas Práticas do Turismo – Estâncias Paulistas, quando são apresentados ações e práticas de excelência que servem de referência para as demais estâncias associadas.

Adriana Baldo, secretária de Turismo de São Sebastião, apresentou o caso Turismo de Natureza – Um Turismo Sustentável.

Depois, foi a vez da Estância Turística Brotas, Fabio Pontes, secretário de Turismo, que apresentou o *Voucher Turístico*.

• AÇÕES DA APRECESP •

A equipe técnica da entidade apresentou um balanço das atividades realizadas até o 2º bimestre deste ano, no qual destaca a participação em eventos, os cursos de capacitações implementados e demais atividades institucionais.

• DADETUR •

Na reunião, o prefeito Lê Braga (São José do Barreiro) foi anunciado como o novo presidente do COC (Conselho de Orientação e Controle), órgão responsável pela aprovação dos pleitos do DADETUR – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos da SETUR-SP.

Por fim, Clodomiro Correia de Toledo Junior apresentou os dados do DADETUR 2022 e os progra-

mas de estruturação e promoção turística da SETUR-SP.

“Agradeço ao prefeito Felipe Augusto e toda a sua equipe, a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo sempre presente em nossas reuniões e convido a todos para a nossa próxima reunião em Monte Alegre do Sul”, finalizou.

Foi uma reunião muito produtiva, na qual prefeitos e gestores das diversas estâncias puderam trocar experiências, confraternizar e debater novas ações da entidade para juntos fomentarmos o turismo paulista.

Marquinho Oliveira •
Presidente da APRECESP e Prefeito de Morungaba



Assessoria de Imprensa Aprecesp
imprensa@aprecesp.com.br

Convention and Visitors Bureau - Visite Guarujá, APROHOT e ACEG apoiam o 5º Conexidades

O reconhecimento da importância do evento para cidade resulta em parcerias



importância, recoloca no mapa do país a cidade do Guarujá, trazendo benefícios físicos e econômicos para cidade, com a presença de um importante público tanto do cenário político como empresarial. “É uma grande vitrine para apresentarmos nossa cidade e tudo o que ela oferece como destino de lazer e corporativo”, diz Ávila.

A APROHOT é parceira do Conexidades, oferecendo aos visitantes 25% de desconto na rede hoteleira associada a entidade.

A Associação Comercial e Empresarial do Guarujá é mais uma das entidades locais parceira do Conexidades, buscando parcerias com a iniciativa privada,

principalmente na área de gastronomia, hotelaria e entretenimento para tornar o evento o evento marcante para os visitantes.

Henrique Leone, presidente da ACEG, comenta: “Pense globalmente e atue localmente. As

personas vivem em seus municípios, é obrigação do gestor público buscar justiça social com desenvolvimento sustentável, afinal o futuro está logo ali, por isso é necessário informar para se poder planejar com eficiência; e esse é o papel do Conexidades, um evento moderno, unindo governos, iniciativa privada, associações representativas, entidades e fundações, trazendo painéis e palestrantes renomados por seus saberes, debatendo temas importantes e atuais para os municípios e analisando casos de sucesso que resultaram em soluções inovadoras para os municípios. Esse evento traz para nossa cidade um público formador de opinião, tanto por parte dos agentes públicos envolvidos como iniciativa privada e debatedores, que movimentará Guarujá economicamente, principalmente no período de baixa temporada.”

Com o entendimento da importância de sediar o Conexidades, as entidades do Guarujá estão de braços abertos para acolher todos os visitantes e participantes da 5ª edição do evento, que certamente fará história.

Para José de Ávila, presidente da APROHOT – Associação dos Proprietários de Hotéis e Pousadas do Guarujá, o Conexidades, por sua

351 cidades, 236 prefeitos e mais de 800 vereadores, além de visitantes de todo Estado de São Paulo. O Convention and Visitors Bureau – Visite Guarujá, é uma das entidades que apoiam o evento. Maria Laudemir de Oliveira, conhecida como Lau, é presidente da entidade, e comenta como a cidade tem se consolidado como destino de eventos corporativos. “Com ais 65% do território preservado pela constituição das APAS – Áreas de Proteção Ambiental – e a maior oferta de leitos do litoral paulista, que inclui dois resorts providos de completa infraestrutura para a realização de eventos, Guarujá, atrai, cada vez mais a preferência da demanda



José de Ávila,
presidente
da APROHOT

O Conexidades é um evento já consagrado, palco de propostas para que tenhamos a cidade conectada ao fenômeno mundial próprio das cidades inteligentes.

A 5ª edição do Conexidades, evento que se traduz como um encontro nacional de parceiros públicos e privados, e que acontece do dia 7 a 11 de junho, no Casa Grande Hotel, Resort & Spa, Guarujá, é sobretudo uma grande oportunidade para a cidade, gerar novos negócios.

A última edição do evento, que aconteceu em Olímpia, no mês de novembro de 2021, ainda sob a tensão da pandemia, trouxe números significativos de participação de público, com a participação de



Lourival de Pieri - Gerente Geral do Casa Grande Hotel e vice presidente do Guarujá CVB, Maria Laudemir de Oliveira - Presidente do Convention and Visitors Bureau-Visite Guarujá com Silvia Melo - Presidente Executiva da UVESP e Sandra Chiamulera - Diretora Executiva do Convention and Visitors Bureau -Visite Guarujá



Henrique Leone, presidente da ACEG

Patricia de Campos
Jornalista
patricia.campos@uvesp.com.br

Não importa o que você busca,

SANTOS É O DESTINO CERTO

para a sua viagem

Par do sol da cinema e praias com o maior Jardim de orla do mundo

Centro com enorme riqueza histórica e museus em vários pontos da Cidade

Atividades para toda a família como Aquário, Orquidário e Jardim Botânico

Centro de Convenções de padrão internacional para os mais variados eventos

A Cidade respira esporte com espaços públicos para diversas modalidades e a Vila mais famosa do mundo

Aventura para quem curte se conectar com a natureza e fazer parte de paisagens paradisíacas

Tudo isso com mais de **7 mil leitos** em uma rede hoteleira que conta com as principais bandeiras presentes no país

Saiba mais: turismosantos.com.br

PREFEITURA DE Santos

Planejamento Regional e nas Unidades Regionais de

Com a a Nova Regionalização do território paulista, as unidades



Governador **João Doria** assina o PLC da Nova Regionalização com o atual Governador **Rodrigo Garcia**, o Presidente da ALESP **Carlão Pignatari** e **Marco Vinholi** Coordenador do Projeto

O encerramento do 64º Congresso Estadual dos Municípios foi um evento marcante com a entrega do Prêmio de Mérito Municipalista ao Governador João Doria pelo Presidente da Associação Paulista de Municípios Fred Guidoni junto com o Presidente da UVESP Sebastião Misiara. Nesta ocasião, ocorreu a transmissão do cargo para o governador Rodrigo Garcia e, como último ato, o Governador João Doria assinou o Projeto de Lei Complementar – PLC 14, na presença do Presidente da Assembleia Legislativa (Alesp) Deputado Carlão Pignatari, do Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, 619 Prefeitos, parlamentares das três esferas de governo, autoridades e lideranças de vários segmentos. Assim, foi coroado de êxito um processo, iniciado oficialmente no dia 27 de fevereiro de 2021, com a realização de uma audiência pública na Região Metropolitana de São José do Rio Preto, seguida de mais 25 audiências públicas realizadas no transcorrer do ano em todo o território paulista para aperfeiçoar a proposta de uma Política Pública de Estado muito significativa, qual seja a “Nova Regionalização”.

A Nova Regionalização consiste em um novo regramento para a organização regional do estado e a criação de 22 novas Unidades Regionais (URs), além das três regiões metropolitanas, já criadas por

leis específicas em 2021. Trata-se de uma medida extraordinária a ser comemorada, pois há muito tempo a criação de URs em todo o território paulista vem sendo demandada pela sociedade, desde a promulgação da Constituição Paulista em 1989. Assim, o PLC 14 atende a uma grande demanda histórica dos parlamentares, que já apresentaram mais de 120 PLCs propondo a criação de URs, em todo o estado, nas três categorias previstas no artigo 25 da Constituição Federal (Região Metropolitana, Aglomeração Urbana e Microrregião), que não prosperaram, pois a iniciativa é do Poder Executivo.

A Nova Regionalização consiste em um novo regramento para a organização regional do estado e a criação de 22 novas Unidades Regionais (URs), além das três regiões metropolitanas, já criadas por leis específicas em 2021

A Nova Regionalização do território paulista objetiva que todas as URs sejam mais orgânicas com planejamento e gestão integradas. Assim, no âmbito do novo arranjo da Governança Interfederativa, elabora-se democraticamente o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU), que após tornar-se lei estadual, balizará as decisões do Conselho de Desenvolvimento, que contará com o apoio de Câmaras Temáticas para detalhamento das diretrizes emanadas do PDU e esboço dos projetos para a captação de recursos. O PDU estabelece, com base em processo permanente de planejamento, as diretrizes para as funções públicas de interesse comum (FPICs) e o macrozoneamento da UR, sendo que este será referência para os municípios integrantes das URs adequarem seus Planos Diretores num prazo de até três anos após a aprovação do PDU como Lei Estadual. A elaboração dos PDUs nas URs já institucionalizadas vem sendo apoiada tecnicamente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, sob a coordenação geral do economista Dr Andrea Calabi e uma equipe altamente qualificada.

A estrutura da governança interfederativa conta com:

I-) **Conselho de Desenvolvimento, deliberativo e normativo** (conforme consta no artigo 154 da Constituição Estadual) composto por representantes do Estado com

reconhecida competência em uma ou mais FPICs da UR; dos municípios (prefeitos); e da sociedade civil (indicados por entidades civis reconhecidas por sua efetiva atuação nas FPICs). Este Conselho terá, dentre outras atribuições, a especificação das FPICs do Estado e dos municípios na UR, dentre os seguintes campos funcionais: planejamento e uso de solo; transporte e sistema viário regionais; habitação; saneamento básico; meio ambiente; desenvolvimento econômico; e atendimento social. Assim, o Conselho de Desenvolvimento, poderá também acrescentar as FPICs: turismo, saúde, educação, planejamento integrado da segurança pública, cultura, recursos hídricos, defesa civil, dentre outras.



Andrea Calabi, Coordenador Geral do Projeto Apoio ao Planejamento e Governança da FIPE



Governança Interfederativa SP, em tramitação na ALESP

regionais devem contar com planejamento e gestão integradas

II-) **Órgão com funções técnico-consultivas integrante da estrutura da Agência de Desenvolvimento Regional** – que deveria contar para tanto, com os Sistemas de Planejamento desenvolvidos pela ex-Emplasa – atualmente alocados no IGC, quais sejam os programas “Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo - IDE-SP” e o Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo - SCESP; os sistemas de informação geoespaciais e os produtos cartográficos, tendo em vista que os referidos sistemas, programas e produtos cartográficos poderão sustentar as atribuições da Agência.

III-) **Instância executiva exercida pelos Comitês Executivos de Desenvolvimento Regional (COEDER), integrantes da estrutura da Agência de Desenvolvimento Regional**. – A Agência prestará apoio técnico e administrativo a todas as URs do estado, de forma descentralizada, por meio de Diretorias Regionais – que na prática funcionarão como as Agências extintas, porém serão mais enxutas e contarão com um Comitê Executivo de Desenvolvimento Regional, composto por um representante do Estado, um dos municípios que integram a UR; e um da Agência de Desenvolvimento Regional.

IV-) **Sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas, por meio do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e Regional – FDMR**. – para



dar suporte financeiro à execução de estudos, programas e projetos que dinamizem potencialidades e vocações regionais, ou resolvam problemas de natureza regional. A alocação dos recursos financeiros, advindos da contribuição dos Municípios e do Estado – dentre outras fontes, será feita na subconta correspondente à UR. Assim, o FDMR terá uma subconta para cada UR e contará com um Conselho Gestor cujas atribuições e diretrizes estão contempladas no texto proposto.

O PLC 14, que tramita na Alesp, recebeu 36 emendas visando seu aperfeiçoamento e ainda poderá contemplar algumas demandas reiteradas em diversas audiências públicas, tais como o Parlamento Regional para sugerir pautas regionais ao Conselho de Desenvolvimento e levar proposições legislativas às Câmaras municipais, relativas a políticas regionais que dependam de aprovação dos municípios. Será

mais um mecanismo de democratização da governança interfederativa. Há que se considerar que os Parlamentos Regionais já foram criados para todas as URs com o apoio da UVESP, e que a solução encontrada no formato de um Conselho Consultivo não contraria em nada o Estatuto da Metrópole.

Outra oportunidade de melhoria do PLC 14, dentre outras, seria a ampliação de critérios para definição de Regiões Metropolitanas, considerando que a significativa conurbação deixou de ser um critério relevante para caracterização do fenômeno metropolitano. A “intensidade da interação municipal” numa região também não contraria o Estatuto da Metrópole, que remeteu aos estados a definição de Região Metropolitana. De fato, o que acarreta a necessidade da integração regional são políticas públicas que transcendem as fronteiras municipais e que não dependem de conurbação entre as cidades. Esta, que decorre do espraiamento horizontal, além de elevar o custo da cobertura de infraestrutura urbana, ainda pode levar à ocupação de áreas que devem ser protegidas ambientalmente.

Por fim, a criação de um arranjo institucional de Governança Interfederativa com um processo permanente de planejamento em cada UR, o apoio de uma Agência Estadual e a participação no FDMR possibilitará o cumprimento dos objetivos definidos pela Carta Constitucional Paulista para a organização regional, quais sejam: o planejamento de todo

Há que se considerar que os Parlamentos Regionais já foram criados para todas as URs com o apoio da UVESP

o território paulista, considerando as especificidades sociais, ambientais e econômicas de cada UR; a cooperação dos diferentes níveis de governo; a utilização racional do território, dos recursos naturais, culturais e a proteção do meio ambiente; a integração do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região; e a redução das desigualdades sociais e regionais.



Entrega do Mérito Municipalista ao Governador **João Doria** pelo Presidente da APM, **Fred Guidoni** e **Sebastião Misiara** da UVESP



Marcos Campagnone Pesquisador em Planejamento e Governança Regional/Metropolitana

ESPETÁCULO

DA NATUREZA PARA VOCÊ.

Foi na busca pelo ouro que os portugueses encontraram Eldorado. Mas a joia rara daqui é outra: é cada uma das belezas naturais esculpidas há milhares de anos pelo meio ambiente que reluzem aos nossos olhos. E nem precisa procurar muito para achar outras preciosidades. No nosso Estado, você também encontra gastronomia, hotelaria, shoppings, cultura, ecoturismo e esportes. Tem SP pra todos os gostos. É só escolher o destino que mais combina com o seu.

ELDORADO

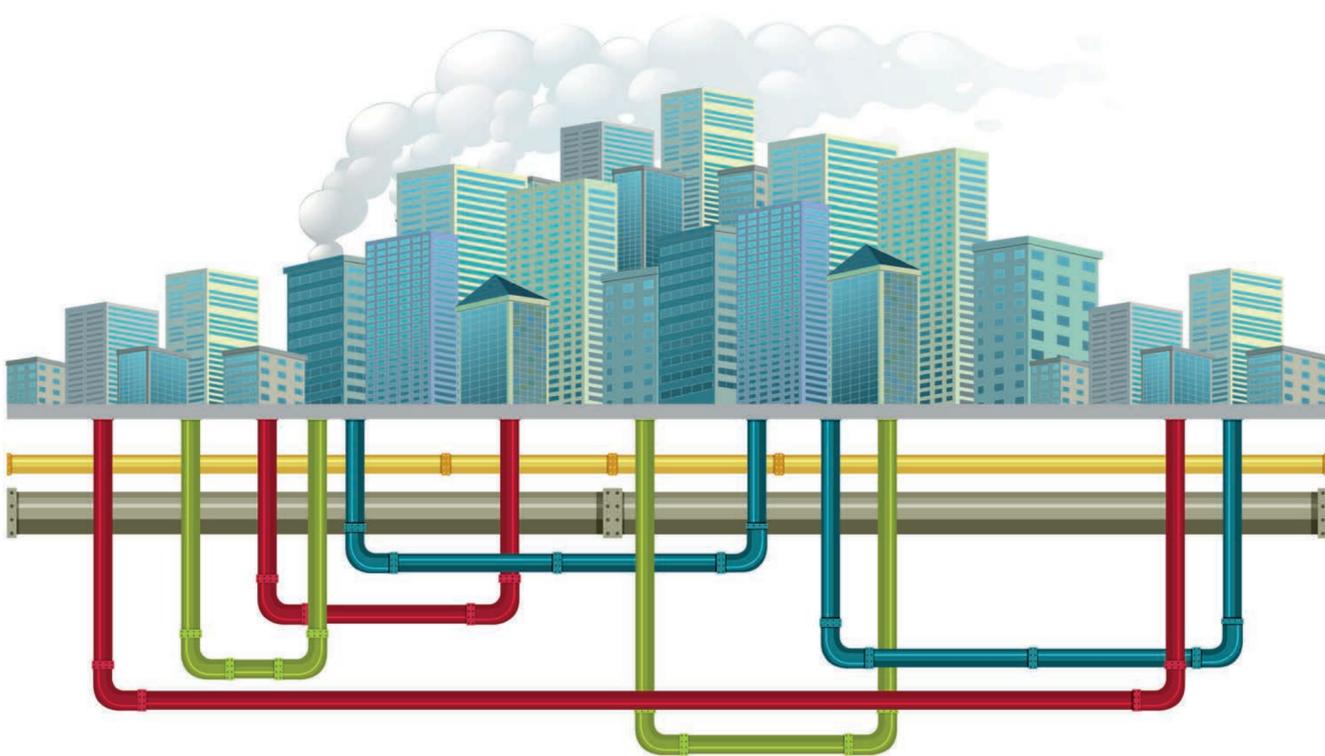


visitesaopaulo.com



Fugindo da ilusão: saneamento

A Lei 14.026/2020 trouxe aprimoramentos importantes sobre



Desafios ambientais e sanitários potencializados em anos recentes com a ocorrência de eventos climáticos extremos e a deflagração da pandemia da Covid-19 reacenderam os holofotes sobre a essencialidade dos serviços de abastecimento e saneamento básico para o enfrentamento de um cenário de crescente complexidade. Se para a solução das questões antes bastavam algumas operações algébricas, agora em um mundo ainda mais complexo cálculos derivados e integrais são a premissa básica para traçarmos as primeiras linhas do gráfico.

É justamente esta visão integral e holística que o momento exige. Em recente participação no SXSW, Austin, Texas, onde falamos da importância dos rios para as cidades, buscamos tratar desta “re-percepção” do cenário. Como ensinou Einstein a maior ilusão do mundo é a noção de separação. É esta verdade é ainda mais absoluta para o saneamento básico e essencial.

Negligenciado ao longo de nossa história com a inexistência de políticas efetivas para a expansão do atendimento, podemos considerar que o saneamento teve apenas três grandes marcos nas cinco últimas décadas. O

Rios são elementos de conexão, de integração, de paz e nunca de guerra. E é com este dogma que devemos pensar o saneamento. Uma inclusão radical. Saneamento para todos!

primeiro deles com o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), na década de 70, com a estruturação planejada dos serviços e a concepção das companhias estaduais a partir da transferência de recursos federais.

Com a interrupção do Planasa em 1986, o tema voltou a ter sua importância reconhecida mais de duas décadas depois com a publicação da Lei 11.445, de 2007. Foram estabelecidos regramentos para regulação e fiscalização dos serviços, maior

segurança jurídica aos contratos e definidas diretrizes mais claras para a universalização do atendimento.

Atualmente vivenciamos o terceiro grande momento para o setor com a Lei 14.026/2020, que trouxe aprimoramentos importantes sobre a lei de 2007, a exemplo da necessidade contratual do estabelecimento de metas e o fortalecimento da regulação com a concentração de atribuições em um ente nacional, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). A agência passou a ser responsável por determinar as diretrizes de eficiência e qualidade dos serviços para acompanhamento de desempenho das concessionárias pelos reguladores locais.

Desta forma, um destaque que gostaria de trazer a lume foi a possibilidade de atendimento a áreas irregulares, até então não esquecidas muitas vezes por uma interpretação de que havia um impedimento legal, outras vezes por que era legal esquecer as áreas com base em interesses egoísticos e tolos.

Tolos porque no saneamento não existe a ideia de separação. Repita-se: A verdade de Einstein é ainda mais verdade. Os rios e córregos fluem, entre bairros em uma cidade,



Adriano Candido Stringhini

entre cidades e entre nações. A ideia de rios como barreiras, fronteiras não merece mais prosperar. Precisamos desta “re-percepção”, desta reconexão. Rios são elementos de conexão, de integração, de paz e nunca de guerra. E é com este dogma que devemos pensar o saneamento. Uma inclusão radical. Saneamento para todos! Enquanto houver uma única criança pisando em esgotos nas favelas, uma única casa fora dos sistemas de esgoto estaremos transformando

básico e essencial

a lei de 2007 representando um importante marco para o assunto

nossos rios (RIVUS do latim) em fonte de VIRUS. Um anagrama que nos explica muito sobre esta realidade.

Embora tardio, o aperfeiçoamento regulatório soube capturar as necessidades sociais e ambientais de nossa época e vem reconhecer o saneamento como um dos grandes vetores do desenvolvimento e da transformação social.

A expansão da oferta de serviços que proporcionam mais saúde, oportunidades e dignidade para se viver vem fazer frente à uma realidade marcada pelo atraso. Em pleno século XXI, aproximadamente 35 milhões de brasileiros ainda não têm suas casas abastecidas formalmente e quase a metade da população ainda não tem coleta de esgotos, segundo levantamento do Instituto Trata Brasil com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Em um cenário como esse, o resultado não pode ser outro senão o aumento das filas nos postos de saúde em razão das doenças de transmissão hídrica, o baixo desempenho na educação das crianças e a renúncia ao desenvolvimento. Como é notório, além da qualidade de vida, os serviços de saneamento impactam diretamente na valorização dos setores imobiliário e turístico.

A melhora da qualidade de vida e o cuidado ambiental é outro benefício entregue a partir da expansão da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos. A atuação em todo o ciclo da água, do tratamento e fornecimento da água de qualidade para o consumo, passando pela coleta do e tratamento deste efluente para devolvê-lo em condições adequadas ao meio ambiente traz em si o conceito da circularidade e da sustentabilidade do consumo de recursos naturais. Estudos recentes das Universidades de Nova York e Hong Kong comprovam que a despoluição de rios urbanos é um

Os serviços de saneamento impactam diretamente na valorização dos setores imobiliário e turístico



Aloisio Hildebrand de Abreu

dos principais fatores para eliminação de gases de efeito estufa. Assim, se não bastassem todos os benefícios a nível local, o saneamento contribui também para o planeta e é solidário com as gerações futuras. O projeto de despoluição do Rio Pinheiros que a Sabesp executa sob a coordenação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do governo do Estado de São Paulo, em parceria com outras entidades, é um bom exemplo desta visão integral e holística, a serviços daqueles que mais precisam e de todos nós na verdade.

Ainda nesse contexto, o saneamento possibilita a adoção de outras iniciativas baseadas na economia circular, a exemplo daquelas adotadas pela Sabesp para a transformação do gás biometano em biocombustível veicular, do lodo em fertilizante agrícola e tijolos e do esgoto em água de reuso para fins urbanos e industriais. O esgoto tem se provado ser verdadeiro diamante que se bem lapidado pode brilhar e iluminar muitas realidades.

Em um ambiente suscetível a mudanças climáticas e à ocorrência de eventos extremos, é também importante considerar o saneamento como um sistema interligado seja na terra, na água como no ar. A teoria dos rios voadores enunciada pelo Professor Carlos Nobre nos ensina que cuidar da Amazônia é fundamental para que o regime de chuvas na região Sudeste do Brasil seja mais regular e abundante. E está questão é mais que central em um momento que a Suprema Corte brasileira se debruça sobre esta temática. A Preservação da Amazônia é fundamental para o Brasil e para o Planeta em termos de frear as alar-

mantas mudanças climáticas que se aproximam, conforme recente relatório do IPCC, que demonstra o risco para todos os seres vivos.

É um momento importante e único. Tempo de soluções. Tempo de olhar para dentro e para cima, como nos lembra recente filme. Tempo em que poderemos mudar nossos velhos hábitos e paradigmas em prol de um propósito nobre com plenitude e prosperidade, abundância e sustentabilidade. Esta realidade somente se fará presente com a preservação do meio ambiente e, no caso específico, da Amazônia. Urge a conservação da floresta em pé e das águas da Amazônia com o respeito aos povos tradicionais de ontem e de hoje. Imaginar um futuro assim demanda mudança de ações no tempo presente. E o saneamento faz parte deste enredo.

A reflexão sobre a importância desses e uma série de outros temas de grande potencial para nossa retomada econômica e social estarão em pauta no evento “Os Desafios do Desenvolvimento - o Futuro da Regulação Estatal”, a ser realizado de 18 a 21 de abril pelo Fórum de Integração Brasil-Europa – FIBE.

Será uma oportunidade para difusão de conhecimento, troca de experiências e qualificada reflexão conceitual para a construção caminhos

direcionados aos avanços necessários em meio às transformações impostas pela revolução digital, a pandemia da Covid-19 e agora a guerra.

Em março de 2022 em Dakar, Senegal na 9ª edição do Fórum Mundial da Água, junto com o Professor Benedito Braga e Dante Ragazzi Pauli da Sabesp, tivemos a oportunidade de debater e aprender sobre a Segurança da Água para a Paz e o Desenvolvimento. Em março de 2020 o Papa Francisco protagonizou em uma praça de São Pedro vazia umas das mais marcantes celebrações de nosso tempo. Nos lembrou que todos vivemos em um mesmo barco e que não podemos deixar ninguém para trás. Que nestes tempos de quaresma onde lembramos daquele que trouxe luz e esperança para o mundo, possamos refletir sobre as verdades básicas dos nossos tempos. Tenhamos esperança e fé e comecemos pelo básico: o saneamento, a paz e outro como um irmão, afinal a separação é uma grande ilusão... 🌱

Adriano Candido Stringhini
Diretor de Gestão Corporativa Sabesp,
Governador Conselho Mundial da Água

Aloisio Hildebrand de Abreu
Assessor da Presidência da Sabesp
e coordenador do relatório de
sustentabilidade da Companhia



Programa Cidade Legal supera meta no primeiro quadrimestre e beneficia mais de 60 mil pessoas

Os dados foram apresentados pela Secretaria de Estado da Habitação em reunião da Região Metropolitana de Campinas



Holambra sediou reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas com foco em Habitação e Turismo. Ao lado, Eric Vieira, Secretário Executivo do Programa Cidade Legal

Realizado pela Secretaria de Estado de Habitação desde 2007, o Programa Cidade Legal visa auxiliar os municípios paulistas na regularização dos núcleos habitacionais. Só em 2022, 15 mil títulos já foram registrados, beneficiando mais de 60 mil pessoas. Isso significa que a meta de 2022 já foi batida no primeiro quadrimestre do ano. Agora, a expectativa é de atingir os 100 mil títulos até dezembro.

Segundo o Secretário Executivo do Programa Cidade Legal, Eric Vieira, a organização administrativa foi um dos principais fatores que contribuiu para a conquista.

“Hoje nós temos equipes que trabalham de forma regional, técnicos do programa e consórcios que prestam serviços em campo. Nós estabelecemos um cronograma de trabalho

para cada região do Estado com o apoio dos municípios e cobramos em reuniões periódicas mês a mês”.

Desde sua criação, o Cidade Legal já atendeu mais de 500 municípios e proporcionou segurança jurídica gerada com a regularização fundiária para mais de 200 mil famílias paulistas.

Hoje, sendo considerado o maior programa de regularização fundiária do país, conta com 592 municípios conveniados no Estado de São Paulo, 9972 núcleos habitacionais inscritos e mais de 1,5 milhões de imóveis em regularização, atingindo mais de 6 milhões de pessoas.

“O Programa Cidade Legal é um importante instrumento para garantir às famílias mais carentes o título de propriedade de seus domicílios, segurança jurídica, valorização do imóvel e a possibilidade de transferência do bem para os filhos ou herdeiros. Somente nesta gestão mais de 60 mil famílias receberam o documento definitivo de sua casa, muitas delas esperavam há décadas por este momento tão especial”, afirma o Secretário de Estado da Habitação, Flávio Amary.

O programa de governo atua na capacitação do corpo técnico municipal, análise, estudo e aprovação dos projetos de regularização apresentados.

Além disso, acelera e desburocratiza o processo de regularização fundiária, sem custo aos municípios e aos moradores. As prefeituras recebem apoio técnico para a regularização de parcelamento do solo e

de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana.

A iniciativa também oferece assessoria para intermediar o registro dos projetos de regularização fundiária urbana nos cartórios de imóveis. Além de garantir segurança jurídica, o programa leva às famílias de baixa renda outros benefícios, como o acesso ao mercado formal de crédito, a possibilidade de comercialização do imóvel e a transferência do bem para filhos ou herdeiros.

• REGIÃO DO RMC •

A região metropolitana de Campinas, onde foram apresentados os dados, tem grande representatividade no programa.

A Secretaria de Estado da Habitação anunciou a entrega de 852



Para o Secretário de Estado da Habitação, o programa tem grande importância para assegurar às famílias mais carentes o direito social à moradia

títulos de propriedade durante a reunião dos Membros do Conselho de Desenvolvimento da RMC (Região Metropolitana de Campinas).

Com investimento de R\$ 221,8 mil, as ações contemplaram seis municípios: Hortolândia, Morungaba, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos e Hortolândia.

Os dados foram apresentados em Holambra, na 233ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas realizada em maio.

O evento realizado no Bloemen Park reuniu prefeitos e vereadores das 20 cidades integrantes da região: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Além do Secretário de Turismo e Viagens do Estado, Vinicius Lumertz, de Fernando Fiori de Godoy, representando o Secretário de Estado da Habitação, Flávio Amary, e do Secretário Executivo do Programa Cidade Legal, Eric Vieira, entre outras autoridades e agentes públicos e privados.

Na reunião, a Secretaria de Habitação apresentou, também, as capacitações, que são uma nova oportunidade que o Programa Cidade Legal oferece para os municípios.

O curso de capacitação e regularização fundiária é voltado para os agentes públicos municipais.

“Isso é importante porque o ente responsável pela regularização fundiária é o município. O Estado criou um programa de apoio, que é o Cidade Legal, mas é fundamental que os agentes públicos municipais tenham conhecimento técnico de como fazer tudo aquilo que compõe um processo de regularização fundiária”, completa Vieira.

O curso não tem custo nenhum para os municípios e será feito pelos técnicos do Estado.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

Morungaba é reconhecida como Cidade mais Sustentável do Brasil

O prêmio foi concedido pelo Instituto Cidades Sustentáveis durante evento “Prefeitos do Futuro Brasil”



A cidade de Morungaba foi reconhecida por suas ações de sustentabilidade, tais como a Coleta Premiada

Morungaba foi eleita a cidade mais sustentável do Brasil de 2021 pelo Instituto Cidades Sustentáveis. De acordo com o ranking do Instituto, a cidade do interior de São Paulo é a que tem maior pontuação geral em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-11) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A cidade se destacou pelo seu desempenho nas áreas de energia limpa e acessível; consumo e produção responsável; vida na água e proteção à vida terrestre.

Entre as iniciativas de destaque que colaboraram para a pontuação no ranking está a campanha Coleta Premiada. Iniciada em 2018, a ação ajudou a transformar Morungaba em uma cidade “lixo zero”, ou seja, que aproveita ao máximo os resíduos recicláveis e orgânicos.

O reconhecimento se deu durante a 4ª edição do “Prefeitos do Futuro Brasil”, que foi realizada de 18 a 20 de maio, reunindo mais de 200 prefeitos, especialistas e autoridades no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília.



O prefeito Marquinho, de Morungaba, recebeu o título de Cidade Mais Sustentável durante evento em Brasília

no passado o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

O índice tem a intenção de estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como ferramenta para a gestão pública e a ação política nos municípios, já que o monitoramento de indicadores permite guiar as prioridades dos governos locais de acordo com os desafios identificados a partir da análise de dados.

“Eu e nosso vice-prefeito Fernando temos o compromisso, desde o primeiro dia de trabalho na administração da nossa cidade, fazer com que cada dia seja melhor para a nossa população. Morungaba hoje está em pleno desenvolvimento e ser a cidade número 1 em Desenvolvimento Sustentável do Brasil é motivo de muito

orgulho para toda a nossa população”, disse o prefeito Marquinho.

O prefeito também agradeceu a homenagem e aos fundadores do “Prefeitos do Futuro”, Sol Sousa e Alexandre Souza, que coordenam o evento destinado a prefeitos e secretários que desejam utilizar os novos artifícios tecnológicos para melhorar a qualidade de vida da população e da prestação de serviços municipais.

O “Prefeitos do Futuro Brasil” tem como objetivo apresentar, por meio de palestras e seminários, métodos e ferramentas para modernizar as gestões municipais das cidades do interior.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br
Com informações de agência

Qualcomm

Conectando as cidades ao futuro.

A cidade se destacou pelo seu desempenho nas áreas de energia limpa e acessível; consumo e produção responsável; vida na água e proteção à vida terrestre



Qualcomm is a trademark or registered trademark of Qualcomm Incorporated.

Exportações paulistas ultrapassam os níveis pré-pandemia

Os produtos mais exportados no Estado foram aviões, soja e petróleo

Em estudo realizado no final de abril, a Fundação Seade registrou que, em 2021, as exportações paulistas (US\$ 54,1 bilhões) superaram o recuo de 2020 (US\$ 42,5 bilhões), provocado pela pandemia, e ultrapassaram até mesmo o desempenho de 2019 (US\$ 48,6 bilhões).

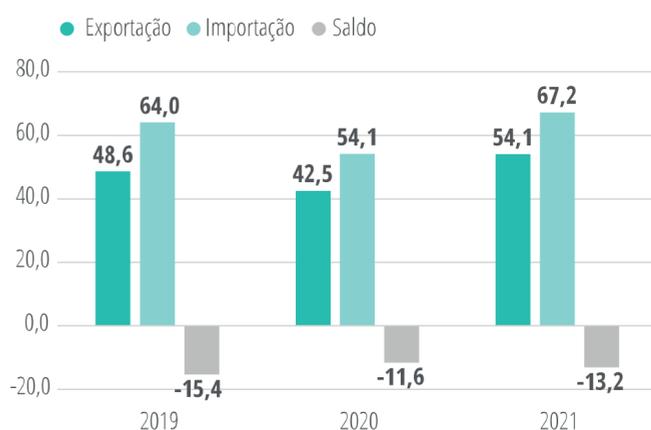
A pesquisa, feita com base nos dados do Ministério da Economia, observou ainda que as importações (US\$ 67,2 bilhões) também superaram o nível pré-pandemia de Covid-19 (US\$ 64,0 bilhões), transpondo a demanda mais baixa por produtos importados de 2020 (US\$ 54,1 bilhões). Isso significa que o saldo da balança comercial paulista fechou 2021 em -13,2 bilhões.

Entre os cinco principais produtos exportados em 2021, quatro se manti-

veram desde 2019. Foram eles: aviões, soja, óleo bruto de petróleo e açúcares; sendo que, no último ano, esses dois últimos produtos tiveram valores superiores ao comparativo anterior.

De acordo com o Seade, também não houve alteração nos cinco principais países (EUA, China, Argentina, Chile e México) de destino dos produtos paulistas entre 2019 e 2021. Contudo, os valores das exportações para os Estados Unidos diminuíram, com destaque para a queda na venda de aviões. Já as exportações para a China cresceram de forma significativa, refletindo, em parte, o aumento da comercialização de açúcares de cana.

Entre os anos de 2019 e 2021, reduziram-se as exportações com maior intensidade tecnológica, recuando de 12,0% para 7,1% aquelas de alta intensidade tecnológica, como por exemplo aviões, e de 32,7% para 30,7% as de média-alta, como automóveis. Já as de média-baixa, como combustíveis, e baixa intensidade tecnológica, como açúcares, ampliaram-se de 16,5% para 18,8% e de 24,4% para 27,6%, respectivamente.



• BALANÇO PARCIAL DE 2022 •

No primeiro trimestre de 2022, as exportações do Estado de São Paulo somaram US\$14,34 bilhões, representando 19,8% do total nacional, e as importações, US\$17,64 bilhões, ou 29,2% do total nacional.

Em relação ao mesmo período de 2021, houve aumento nas exportações de +30,4% e nas importações de

+12,3%; essa conjunção de desempenhos resultou na redução do déficit em -29,9% no saldo da balança comercial paulista.

Os dados são do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br



Nova Lei de Licitações com foco na possibilidade da dispensa: aspectos práticos para implementação em Câmaras Municipais

Transição de leis ainda gera dúvidas entre os agentes públicos

Mais de 12 meses se passaram de vigência da “nova” Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e estamos a menos de 12 meses do fim da vigência da “velha” Lei nº 8.666/1993, mas muitas dúvidas ainda permeiam as ações e decisões de todos aqueles que atuam na esfera das compras públicas. Trazemos à reflexão prática algumas questões relativas às compras diretas na “nova lei”, com foco na dispensa de licitação: com a “nova lei”, as dispensas de licitação serão obrigatoriamente realizadas através de processo eletrônico? É possível, contratar/adquirir bens por dispensa de licitação sem que haja regulamentação no âmbito municipal? Podemos contratar/adquirir bens por dispensa de licitação utilizando processo físico, em papel? Preciso elaborar (e publicar no PNCP) o plano de contratações anual (PCA), para estar autorizado a contratar/adquirir bens por dispensa de licitação? Dúvidas pairam sobre a Administração Pública. Respondê-las não se resume em mister fácil, ademais em espaço tão exíguo. A regra constitucional do artigo 37, XXI, é a de que as obras, serviços, compras e alienações que envolvam a Administração Pública serão contratados mediante processo de licitação pública, ressalvados os casos especificados na legislação que, de forma excepcional, autorizam as aquisições e contratações públicas de forma direta, através de procedimento de inexigibilidade ou de dispensa de licitação. A “nova lei” prevê em seu artigo 75 o procedimento de dispensa de licitação que no §3º, a nosso ver, faculta que as contratações em razão do valor sejam precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial. Em âmbito federal o dispositivo foi regulamentado pela IN 67, do Ministério da Economia, sendo que os Municípios podem valer-se do sistema do Governo Federal (ComprasNet 4.0) para executarem suas compras públicas. Ocorre que não entendemos haver qualquer obriga-

Defendemos que se pode contratar/adquirir bens por dispensa de licitação utilizando processo físico, desde que se publicize as peças essenciais no PNCP



Dayane A. Fanti Tangerino

toriedade legal para que o gestor municipal realize de forma eletrônica as compras e aquisições sob a égide da “nova lei”. O que o artigo 94 determina é que a divulgação no PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos. Nada diz sobre a publicação no PNCP do procedimento como um todo.

Defendemos que se pode contratar/adquirir bens por dispensa de licitação utilizando processo físico, desde que se publicize as peças essenciais no PNCP. Somos pela ne-

cessidade de elaboração e publicação no PNCP do PCA, mas o gestor poderá contratar ou adquirir bens por dispensa de licitação mesmo que em 2022 e 2023 não possua o PCA. Em certa medida necessário reestruturar os órgãos para se implementar a “nova lei”, regulamentando a função de agente de contratações. Não será fácil implementar de forma eficaz a “nova lei” e será compreensível, até mesmo recomendável, que especialmente os órgãos de pequeno porte e as Câmaras Municipais se socorram de assessorias especializadas que proporcionem a necessária segurança jurídica ao gestor e aos servidores nessa tarefa.



Sebastião Tarciso Manso



Dayane A. Fanti Tangerino
Procuradora do Legislativo Municipal.
Especialista em Gestão Pública.
Professora Universitária. Advogada.
Email: dayanefanti@gmail.com

Sebastião Tarciso Manso
Procurador do Legislativo Municipal.
Advogado e Engenheiro Civil. Pós-graduado
Gerente de Cidades. Diretor da Manso
Advocacia. Email: tarcisomanso@gmail.com

ADVOGADOS
FERREIRANETTO

RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O DIREITO. E COM OS SEUS DIREITOS.

Equipe especializada para atendimento às Prefeituras e Câmaras Municipais

- Direito Civil
- Direito Público / Administrativo
- Licitações e Contratos
- Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei de Improbidade Administrativa
- Lei de Concessões e Permissões
- Parcerias Público-Privadas
- Ações Cíveis Públicas
- Revisão de Precatórios
- Tribunais de Contas
- Poder Executivo
- Poder Legislativo
- Direito de Família e Sucessões
- Direito Comercial e Societário
- Direito do Trabalho e Previdenciário
- Direito Tributário
- Direito Constitucional
- Direito Ambiental
- Mediação
- Arbitragem

Rua Pará, 50 – conjuntos 13 e 14 - (11) 2594.8050 – ferreiranetto@ferreiranetto.adv.br - 01243-020 – São Paulo - SP

OM30

SOLUÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A GESTÃO PÚBLICA

A OM30 é uma empresa de tecnologia especializada no desenvolvimento de sistemas para a gestão pública nas áreas da saúde, educação e gestão documental.

Desenvolvemos e entregamos soluções que, de fato, transformam a realidade dos municípios onde atuamos.

TELEMEDICINA SAÚDE SIMPLES EDUCAÇÃO SIMPLES OUTSOURCING OM30 GED OM30

SAIBA MAIS: WWW.OM30.COM.BR / +55 (11) 3648-7070

A Diferença

SÃO PAULO

Executiva brasileira

Vai liderar o marketing global da Oreo

A executiva brasileira Renata Vieira foi convidada a ocupar o cargo de diretora do marketing global da Oreo. Ela vai cuidar de uma das marcas mais icônicas do mundo, atuando diretamente do Brasil. Renata está na empresa desde 2013 e liderava a categoria de chocolates, o que inclui a tradicional Lacta, que completa 110 anos em 2022.



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Taekwondo

53 medalhas

A equipe de taekwondo de São José dos Campos, representada pela Liga Vale, conquistou um total de 53 medalhas na segunda etapa do Campeonato Paulista da modalidade. Na modalidade de lutas foram 36 medalhas, com 21 de ouro, 9 de prata e 6 de bronze. No poomsae foram

17 no total, com 13 de ouro, 2 de prata e 2 de bronze.

A equipe de taekwondo de São José dos Campos conquistou um total de 53 medalhas na segunda etapa do Campeonato Paulista



MONGAGUÁ



REGISTRO



Registro recebe prêmio

É uma das melhores cidades do Estado em controle de Tuberculose

A premiação ocorreu para os municípios que alcançaram alguns objetivos operacionais pré-determinados pela Secretaria de Estado da Saúde. Entre as 645 cidades do estado, no critério Proporção de Encerramentos de Casos, apenas 24 foram premiadas e Registro foi um deles.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Zé Neto e Cristiano

Doação da arrecadação

A dupla Zé Neto e Cristiano doou toda renda arrecadada no show que fez na cidade de Mirassol, para o Hospital de Base de Rio Preto, que atende a uma grande parte da cidade. A dupla firmou o compromisso de realizar um futuro show na cidade para ajudar a arrecadar recursos para as obras do Hospital São Pedro, na Providência de Deus. O estabelecimento está sendo construído em Mirassol para ajudar moradores da cidade.



Proteção de crianças e adolescentes

UNICEF e MPT reconhecem

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) reconheceram Mongaguá pelos avanços na proteção de crianças e adolescentes. Foram evidenciados os resultados alcançados por meio do Crescer com Proteção, iniciativa da Unicef, em parceria com o MPT, com a Agenda Pública e com o Instituto Camará Calunga.

Sustentabilidade

CAMPO LIMPO PAULISTA

Campanha de Inverno

Une solidariedade e meio ambiente

Este ano, a ação tem uma dose de solidariedade com conscientização ao meio ambiente, com arrecadação de tampinhas, tendo como mascote protagonista "BEM", o "tampinha amigo". Após a pesagem das tampinhas, que deve acontecer no meio deste ano durante recesso escolar, elas serão encaminhadas para a empresa Lar Plásticos e revertidas em novos cobertores, que serão repassados as famílias cadastradas na Assistência Social por meio do Fundo Social de Solidariedade.



SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Incêndios Florestais

Treinamento Brigada

Ação foi um sucesso com a adesão de 32 pessoas que participaram do treinamento. A instrução ocorreu de forma teórica e prática, com a presença do Cabo Daniel Corrêa Simões, do 2º Pelotão de Bombeiros de Porto Ferreira – 4º SGB / 9º GB e Hudson Mourão Colombo do Sest/Senat e do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente.



RIBEIRÃO PRETO



IBIÚNA

Loteamentos clandestinos

Prefeitura faz ação de monitoramento e combate

Ação é mais uma medida adotada pela atual gestão para combater o crime da prática de compra e venda de terrenos clandestinos no município. Dois loteamentos irregulares foram identificados e embargados. Além das irregularidades quanto a documentação nos órgãos públicos, esses loteamentos também costumam cometer crimes ambientais.

Código do Meio Ambiente

Revisão e atualização

A equipe da Secretaria do Meio Ambiente fez a revisão do Código do Meio Ambiente, após serem realizadas quatro audiências técnicas, dez audiências públicas, além de reuniões setoriais que se somaram a 282 contribuições da sociedade civil em formato de propostas, trazendo avanços e clareza para o planejamento e licenciamento ambiental.





Turismo

BOTUCATU

18ª edição da Ruraltur

Terá Polo Cuesta como cenário

Criada pelo Sebrae Paraíba em 2005, a partir de 2015, passou a ser nacional e itinerante, acontecendo em outros estados do país, seguindo a tendência da Organização Mundial do Turismo (OMT), impulsionando a economia criativa para o desenvolvimento sustentável do setor. Esse ano, entre 25 a 27 de agosto o evento terá Botucatu com sede, proporcionando troca de experiências para um Turismo mais Consciente, Criativo e Colaborativo entre os profissionais destes segmentos.

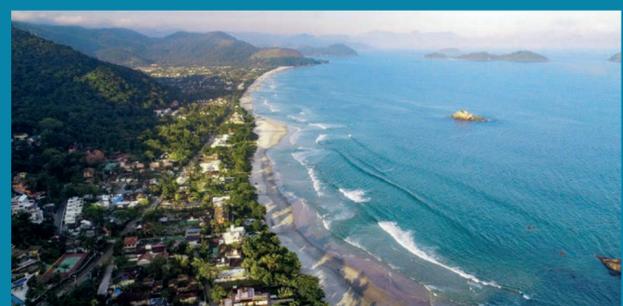


SÃO SEBASTIÃO

Mapa do Turismo Brasileiro do Ministério do Turismo

Município de São Sebastião está nele

O Ministério do Turismo (MTur) certificou e homologou o município de São Sebastião, região turística Litoral Norte, como integrante do Mapa do Turismo Brasileiro, registrado no Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro - SISMapa. O Mapa é o instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do MTur no desenvolvimento das políticas públicas.



HOLAMBRA



32ª edição da Festa do Peão

Shows já confirmados

O Rodeo Fest 2022 /32ª Festa do Peão começa no dia 23 de junho com diversas atrações e o show de “Luigi & Leandro”. Shows com “Clayton & Romário”, “João Bosco & Gabriel” e “Guilherme & Benuto” já estão confirmados. O evento terá ainda o “Dia da Família”, provas na arena, montarias em touros com pedes de diversas partes do país e Prova dos Três Tambores.

Expoflora

Ingressos com 70% off até o dia 24 de junho

Expoflora colocou à venda os ingressos promocionais, com até 70% de desconto para a sua 39ª edição. O evento será realizado em Holambra, interior de São Paulo, no período de 2 a 25 de setembro, de sexta-feira a domingo, e nos dias 7 e 8 de setembro. A 39ª edição teve que ser adiada por dois anos devido à pandemia da covid-19. A Expoflora é maior exposição de flores e plantas ornamentais da América Latina.



MORUNGABA

VILLA SANTA MARIA

Localizada em São Bento do Sapucaí, a vinícola proporciona uma experiência enogastronômica inesquecível, que une momentos de sofisticação, contato com a natureza e riqueza de sabores.

Atendimento somente com reservas pelo WhatsApp

(12) 99633-0222

www.villasantamaria.com.br
@vinicolavillasantamaria



Saúde

OURINHOS

Pacote de investimentos

Para saúde da população

A Prefeitura de Ourinhos investirá um total de R\$ 2.997.026,95 milhões para realização de 2.960 exames, entre eles de Colonoscopia, Doppler e Mamografia; 485 cirurgias eletivas para diversas especialidades como cabeça e pescoço, ginecológicas, vascular, de pediatria, urologia e ortopedia; e ainda 374 exames e procedimentos de Radioterapia, Quimioterapia e cirurgias. Com este pacote de investimentos em exames e cirurgias, a Prefeitura de Ourinhos poderá agilizar procedimentos de pacientes que estavam aguardando na fila de espera.



MOGI DAS CRUZES

Profissionais da Rede Básica de Saúde

Recebem capacitação sobre sífilis

A Secretaria Municipal de Saúde está promovendo o treinamento de toda a Rede Básica sobre Sífilis. O objetivo é atualizar médicos e enfermeiros sobre o protocolo de atenção à doença para promover diagnóstico precoce em todas as unidades de saúde e, consequentemente, possibilitar o bloqueio das transmissões e avanço de casos.

SANTO ANDRÉ

Clínica da Família Alzira Franco

Novo espaço de saúde entregue

Equipamento beneficiará cerca de 12 mil pessoas e contará com equipes de Estratégia de Saúde da Família e Saúde Bucal. O equipamento público foi entregue com a padronização do programa Qualisaúde. A unidade vai funcionar de segunda a sexta, das 7h às 17h.



NAZARÉ PAULISTA



Programa de saúde Itinerante “Bairro a Bairro”

É retomado para atender os municípios

O Programa da saúde Itinerante “Bairro a Bairro”, conta com um ônibus totalmente equipado para levar atendimento a comunidades das regiões mais afastadas do município, com estrutura completa, com ar-condicionado e toda aparelhagem técnica para os atendimentos. O ônibus percorrerá todos os bairros fazendo atendimentos volantes com o objetivo de ampliar os atendimentos da atenção básica e realizar campanhas dos vários segmentos da saúde.



Um hotel seguro para te receber!

O The World Hotels Vila Olímpia conta com rigorosos protocolos de higienização para receber você com toda segurança, que é tão importante neste momento.

Biodescontaminação
Elimina 99,999% dos vírus e bactérias



Nos preocupamos com o seu bem estar!

Faça a sua reserva com tranquilidade!

www.theworld.com.br

+55 (11) 3049.6941

+55 (11) 3049.6933

reservas@theworld.com.br

@theworldhotels

/theworldhotels



Cidade Cidadão

BIRIGUI

Febre Aftosa

Veterinários da prefeitura orientam

A Prefeitura de Birigui disponibiliza um médico veterinário para esclarecer dúvidas de produtores rurais sobre a campanha de vacinação contra a febre aftosa, já que houve mudança estabelecida pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de ofício-circular encaminhado aos órgãos executores de sanidade agropecuária nos Estados.



MAUÁ

LGBTQIA+

Conselho Municipal de Direitos é reaberto



Cumprindo o dever de garantir os direitos de todos os cidadãos, a Prefeitura de Mauá reativou o Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIA+. A ação é um marco importante, já que o órgão estava inativo desde 2018.

VOTORANTIM



População Informada

Prefeitura lança novo canal de comunicação

A Prefeitura de Votorantim lançou o jornal televisivo "Bom Dia Votorantim", disponibilizado sempre às 8h da manhã de sábado nos canais do Youtube e do Facebook do governo municipal. O objetivo do programa de notícias é ampliar os canais de informação, levar informação do que aconteceu na semana e o que está agendado para acontecer no final de semana que o programa vai ao ar.

SERRA NEGRA

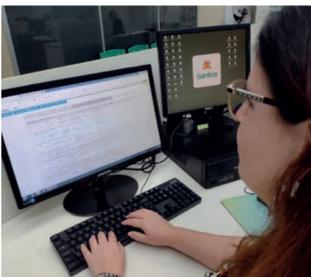
Agrishow

Missão técnica levou produtores de Serra Negra

Uma missão técnica levou vinte e oito produtores rurais de Serra Negra para visita à Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), em Ribeirão Preto, proporcionando a possibilidade de acesso a novas tecnologias e avaliar oportunidades de negócios do segmento. Chamada de missão técnica, foi possível graças à parceria entre a Prefeitura de Serra Negra, responsável organização e a acompanhamento dos produtores; Sindicado Rural e Senar que providenciaram um ônibus e ingressos.



SANTOS



Processos Digitais

Agilidade e economia com hospedagem em "nuvem"

De forma inédita entre os sistemas utilizados pela Prefeitura de Santos, a hospedagem dos Processos Digitais migrará para a computação em nuvem (cloud computing, em inglês). A tecnologia, que é uma tendência mundial, permite a realização de serviços de maneira remota, pela internet, e resultará em maior produtividade, segurança e economia.

TREMEMBÉ

Horta e Pomar

Para a população

Projeto é desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em parceria com o Centro de Educação Ambiental, onde uma horta e pomar foram revitalizados num total de vinte e dois canteiros com legumes e verduras, além de um pomar com 72 mudas e mais de 20 espécies de frutas nativas da região da Mata Atlântica. Tudo cultivado de forma sustentável e destinado de forma gratuita ao consumo da população em Tremembé.



Redescobrimo O Interior

CAMPOS DO JORDÃO

Campos do Jordão, destino para qualquer período do ano

A cidade é referência em ecoturismo, viagem romântica, gastronomia e cerveja artesanal



Conhecida como a Suíça brasileira pelo seu clima e arquitetura, a cidade localizada no topo da Serra da Mantiqueira paulista, desde os anos 70 é destaque no turismo de São Paulo, recebendo inclusive turistas de outros estados.

Campos do Jordão foi durante muito tempo a opção de casais em lua de mel, que buscavam o romantismo da arquitetura e das belezas naturais, unidas a temperatura das montanhas, propícia para noites em frente a lareira acompanhada de bons vinhos.

Com o passar dos tempos a cidade passou a fazer parte também do calendário cultural paulista, com seu Festival de Inverno, com apresentações de sinfônicas entre outras de categoria internacional.

A natureza preservada e a famosa Pedra do Baú acrescentaram a Campos do Jordão a categoria de ecoturismo e turismo de aventura, atraindo turistas adeptos ao trekking, escalada, off road e cavalgadas.

O período do inverno sempre fez as ruas de Campos do Jordão lotarem, com visitantes oriundos de diversos locais, buscando o agito do bairro do Capivari, "point" da cidade, atraídos também pela gastronomia dos diversos restaurantes locais, que agora redescobrem o sabor incomparável da comida da Mantiqueira, um misto de comida tradicional de roça do local, que sempre teve uma forte influência mineira, com um toque de sofisticação do "chef", que tem garantido mesas cheias em todas as estações do ano.

Campos do Jordão hoje tem também, uma das mais importantes rotas da cerveja do país. Com a difusão das cervejas artesanais, várias surgiram na cidade que sempre teve história nesse nicho, com a famosa Baden Baden. Na rota tem desde pequenas cervejarias até outras em locais paradisíacos com infraestrutura e oferta de experiências únicas, mas com um ponto em comum, que são as tábuas de cervejas para degustação, que fazem a felicidade dos amantes da bebida.

A cidade tem ainda atrações famosas, como o teleférico, cachoeira Vêu da Noiva, chocolates artesanais, trem, além de muitas opções para as crianças.

"Campos do Jordão é uma cidade que embora já seja um dos principais atrativos turísticos do país, ainda tem um enorme potencial turístico a ser explorado. Temos muito ainda a desenvolver. Na posição de Presidente da Câmara, tenho buscado o diálogo com o Poder Executivo Municipal para fomentar iniciativas diversas que incrementem e fortaleçam o turismo,



que é o nosso principal motor econômico.", comenta o Presidente da Câmara, Claudio Adão.

O prefeito Marcelo Padovan ressalta: "Estamos nos aproximando do inverno, estação em que Campos do Jordão se torna o destino mais procurado. A cidade mais alta do Brasil é reconhecida nacional e internacionalmente como um dos principais pontos turísticos do país. Este ano foi realizado, em parceria com o Governo do Estado, o "1º Festival de Verão" no mês de janeiro, está em andamento o "Arte no Outono", com apresentações de MPB todos os finais de semana. Temos programado o "Arte na Primavera", em setembro, com apresentações de teatro e dança, além do tradicional "Festival de Inverno" que acontecerá em julho e está em sua 52ª edição. Com este calendário, Campos do Jordão está se transformando num importante destino turístico o ano inteiro."



Patricia de Campos
Jornalista
patricia.campos@uvesp.com.br



Foto 1 - (Em cima) Vista de Campos do Jordão; Foto 2 - Claudio Adão, Presidente da Câmara; Foto 3 - Marcelo Padovan, Prefeito de Campos do Jordão; Foto 4 - (vertical) Teleférico; Foto 5 - Tábua de cervejas; Foto 6 - Pedra do Baú; Foto 7 - Vila Capivari

5º CONEXIDADES

Encontro Nacional de
Parceiros Públicos & Privados

SEJAM BEM-VINDOS!

**UM PAÍS MAIS FORTE ECONOMICAMENTE E MAIS JUSTO
SOCIALMENTE SE CONSTRÓI COM DEMOCRACIA,
DIÁLOGO E MUITO TRABALHO.**

07 a 11 · JUN 22
Casa Grande Hotel,
Resort & Spa
Guarujá/SP

O BRASIL
QUE
**A NAÇÃO
DESEJA**

- | | |
|--|---|
|  AGRONEGÓCIO |  SAÚDE |
|  CIDADES INTELIGENTES |  SEGURANÇA PÚBLICA |
|  EDUCAÇÃO |  SUSTENTABILIDADE |
|  ELEIÇÕES 2022 |  TURISMO |

www.conexidades.com.br

Nosso muito obrigado a todos que acreditam que a construção de um País soberano, mais forte e solidário só é possível com a participação ativa do Municipalismo, e com a presença de representantes de toda a nossa sociedade.

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARTICIPAÇÃO



MEDIA PARTNER



APOIO INSTITUCIONAL



APOIO

